

# O "REPLAY" E OS ÁRBITROS

Dizia-me. -no domingo à noite, um camarada que o segundo golo do Sporting fora irregular. Dizia-mo com inteira convicção e estranhava que não partilhasse do seu parecer. tanto mais que sabia ter assistido ao desafio. Da tribuna da Imprensa, na verdade, nada vi, quase posso assegurar, falando na pluralidade, que nada vimos. Nem nesse lance Dinis-Tibi, que deu o golo que fixou o resultado, nem no outro, Nelson-Tibi, que também resultou em golo, mas que o árbitro, César Correia, invalidou, por carga sobre o guarda-redes, como depois esclareceu. Num, houve protestos, dos portuenses, tão espontâneos da parte de Rodolfo e de Ronaldo, não de Tibi, a pretensa vítima da falta, que talvez tenham um cunho de razão. No outro, nem protestos houve, os sportinguistas aceitaram a decisão, o que tanto pode ter sido por reconhecimento da carga irregular, como de não valer a pena em face do 2-0 que se registava.

Fosse como fosse, aquele meu camarada não tinha dúvidas. Viu na televisão repertir-se a jogada uma, duas, três vezes e, finalmente, à terceira, descobriu o braço direito de Dinis a tirar a bola subtilmente a Tibi. Tão subtilmente, a ter sido assim, que, no campo, naquele instante, naquele relâmpago de tempo, ninguém notou a existência da irregularidade, com ressalva, a considerar a espontaneidade da reacção, dos dois defesas do F. C. Porto — Rodolfo, que estava por detrás de Dinis, e de Ronaldo, que estava pela frente.

Foi naquele relâmpago de tempo que o árbitro teve de decidir. e decidiu sem hesitação, validando o golo, como sem hesitação invalidou o que seria o terceiro. O árbitro não tem outros recursos ao seu dispor se não os da sua capacidade

visual e dos seus reflexos. A decisão tem de ser imediata e sem deixar dúvidas, segura, firme, autoritária como se impõe a um juiz. E há que a aceitar com o melhor espírito desportivo, sem pôr em causa nem a seriedade do árbitro nem a justiça do seu julgamento. A regra não é imutável, nem sempre, acedemos, há razões que a justifiquem, mas é e tem de ser um princípio.

Os meios técnicos postos ao serviço da televisão, já do conhecimento de todos mas que, até agora, não trouxeram quaisquer implicações desta natureza, porque tudo se passava lá fora, não era *com o nosso clube*, têm de ser considerados, quanto a nós, única e exclusivamente como uma possibilidade que oferecem de rever, com todos os vagares do «replay» ou câmara lenta, o que se viu antes às vezes tão depressa que nos escapou o pormenor importante, a genialidade da finta, o rigor do passe ou, em toda a extensão, o primor da jogada.

É sempre de esperar que o «replay» ponha a nu, clara e irrefutavelmente, ilegalidades que o árbitro puniu ou não. Outras vezes, porém, nada esclarece quando não torna tudo ainda mais confuso. Mas da mesma maneira como aceitamos a verdade do árbitro quando coincide com a nossa, é justo que aceitemos a sua verdade, a do seu julgamento, quando, deixando-nos ou não dúvidas, o testemunho do «replay» vem provar que se enganou. O «replay» é um dispositivo indiscreto e perturbador de que deveremos apenas aproveitar, às vezes com indisfarçável prazer. o lado positivo. O outro terá de estar na mesma linha dos imponderáveis do jogo. Aconteceu — domingo há outro jogo, o futebol continua, há mais títulos para disputar.

Mal do futebol, e de todos nós que

vamos ao futebol, quando a decisão do árbitro estiver condicionada a um mecanismo electrónico, gravador e repetidor de imagens, que lhe dirá o sim ao seu sim, ou o não, quando diz sim, e o sim quando diz não. Vejam só quantos problemas se levantam, problemas que se multiplicam se os «capitães» e os técnicos das equipas também tiveram uma palavra a dizer. as demoras, as discussões, sabemos lá mais o quê.

E mal do futebol, também, se todos os que estamos ao serviço do jogo,

procurando tanto informar como formar, colocamos a infalibilidade do «replay» adiante da falibilidade do árbitro — da falibilidade do homem, nosso igual, que é quem tem de decidir, mal ou bem, naquele instante, naquele relâmpago de tempo.

